

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

A máquina de remarcar preços voltou à atividade, depois de um período de estabilidade que se estendeu por oito anos. Uma série de fatos, entre os quais o aumento do dólar, contribuiu para essa situação de triste memória. Tomara que seja um quadro remediável em curto ou médio prazo, pois conviver com um regime de carestia é o que de pior poderia acontecer ao povo brasileiro.

Os consumidores, em sua maior parte com salários ou aposentadorias que são aumentados apenas anualmente, precisarão se desdobrar em fórmulas para manter o orçamento equilibrado nos próximos meses. Fatores internos e externos intensificam os reajustes. Tradicionalmente, o segundo semestre é um período de preços agrícolas mais altos, por causa da entressafra. E preços agrícolas atingem em cheio o item mais vital da economia doméstica, que é a comida. Este ano, entretanto, mesmo os produtos que estão em época de colheita mantêm-se pressionados.

Pão, macarrão, farinha de trigo, frango, carne suína e bovina, óleo de soja, margarina, arroz, feijão e café são algumas mercadorias de grande consumo que sofrem aumentos significativos. Com referência ao pão e demais derivados, o aumento do dólar agrava o preço de 80% do trigo consumido no Brasil, que é importado.

Além de terem se descuidado em aumentar a produção nacional de trigo, as autoridades responsáveis pelo abastecimento mostram-se igualmente desinteressadas em aproveitar as opções representadas pelo milho e principalmente pelo amido de mandioca,

alternativas reconhecidamente viáveis, com vários aspectos positivos e nenhum negativo.

O preço do trigo aumentou no mercado internacional, enquanto o dólar valorizou-se ante o real, o que significa uma combinação perversa em prejuízo do consumidor brasileiro.

Outra ameaça que paira, em matéria de agravamento do custo de vida, é o preço dos remédios, recalcados por causa da impopularidade que significaria um aumento durante a campanha eleitoral. Dependendo, como no caso do pão, de insumos importados, os medicamentos estão com preços que os laboratórios consideram ultrapassados em cerca de 20%. Entre esses medicamentos os chamados remédios de uso contínuo, dos quais dependem metade dos idosos – contingente em torno de oito milhões de indivíduos, predominantemente de baixa renda.

Entre os problemas que o futuro governo federal deve encarar, um de maior repercussão é o custo de vida, porque é mínima parcela da população que ganha o suficiente para gastar sem nenhuma espécie de preocupação.

Na verdade, significativo segmento da população brasileira, repito, não ganha, ao menos, um salário mínimo, apesar deste não atender as necessidades vitais básicas dos trabalhadores e de sua família.

A preocupação com o retorno da inflação, a expectativa do aumento do custo de vida e o combate sem trégua à miséria, devem ser, com certeza, as primeiras emergências do novo Presidente da República. A exclusão social é a maior causa da violência, a exemplo da inflação e do custo de vida, que atinge diretamente as camadas mais carentes do nosso povo.